

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

MARIANA VASCONCELOS DE ARAÚJO

**DESCONSTRUINDO A REGIONALIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA POR MEIO DE
UMA ABORDAGEM DECOLONIAL**

Alfenas/MG

2023

MARIANA VASCONCELOS DE ARAÚJO

**DESCONSTRUINDO A REGIONALIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA POR MEIO DE
UMA ABORDAGEM DECOLONIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como parte dos requisitos para obtenção do título
de Bacharel em Geografia pelo Instituto de
Ciências da Natureza da Universidade Federal de
Alfenas - MG
Orientador: Prof. Dr. Estevan Coca

Alfenas/MG

2023

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca xxxxxx

Gere a ficha catalográfica no [Sistema de Geração de
Ficha Catalográfica](#) disponível na página das
Bibliotecas.

Ficha gerada automaticamente com os dados fornecidos pelo autor.

MARIANA VASCONCELOS DE ARAÚJO

TÍTULO: SUBTÍTULO (SE HOVER)

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em: xx de xxxx de 2xxx

Prof. Dr. Xxxxxx xx Xxxxxxxxxx
Universidade xxxxxxxxxxxxxxxx

Assinatura:

Prof. Dr. Xxxxxx xx Xxxxxxxxxx
Universidade Xxxxxxxxxxxxxx

Assinatura:

Prof.^a Dr.^a Xxxxxxxxxxxxxxxxxx
Universidade Xxxxxxxxxxxxxx

Assinatura:

A mim. Por todo empenho e esforço nesses anos, diariamente descobrindo ser mais forte do que pensava.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a minha mãe – Ivoneide – e ao meu pai – Nivaldo – por todo o amor, cuidado, carinho, apoio e incentivo, que nunca pouparam esforços para me proporcionar a possibilidade do estudo. Esse diploma e essa conquista é deles!

Aos meus amigos que foram conforto em momentos difíceis, o riso nos momentos divertidos, leveza e crescimento aos longos desses anos. Aline, Bia, Edu, Kauanny, Flávia, Lara, Mayra, Mônica, Nalanda, vocês tornaram a estadia em Alfenas leve.

Ao meu professor e orientador, Estevan, em primeiro lugar por sempre acreditar no meu potencial. Sempre gentil e solícito.

Aos professores que tive a honra de encontrar pelo caminho, levarei muito deles comigo, no pessoal e no profissional.

Ao meu país por proporcionar a possibilidade de estudar em uma universidade gratuita e de qualidade.

À vida por ter me apresentado a Geografia.

Soy América Latina, un pueblo sin piernas pero que camina.

(Calle 13, Latinoamérica)

RESUMO

A definição de região apresentou, ao longo dos anos, diferentes significações. Assim como os nomes dos países, continentes, suas configurações e as representações cartográficas. Com o conceito de América Latina ocorreu o mesmo. Esse passou por vários sentidos, seguindo os interesses de cada período. No entanto, apesar dessas mudanças, seu conteúdo continuou sendo colonial, sobretudo porque sua nomenclatura foi dada pelos colonizadores. A definição de latino americanos apagou as diferenças dos diversos povos que habitavam o continente e os agrupou como homogêneos. Portanto, atualmente há a reivindicação do conceito de Abya Yala em detrimento de América, evidenciando o território que foi invado pelos europeus, com destaque para os povos originários que há moravam aqui antes da criação da América. A decolonialidade auxilia no entendimento dessa problemática ao mesmo tempo que mostra os processos violentos de apagamento a que esses povos foram vítimas. Buscou-se, através de revisões bibliográficas referentes aos temas, deconstruir o conceito de América Latina, a partir da decolonialidade, visando combater o colonialismo e o eurocentrismo, colocando a Abya Yala em um lugar de sujeito contador da sua própria história. Utilizou-se de obras de geógrafos que trabalham com o conceito de região e de América Latina além de expoentes da decolonialidade. Como resultado, foi possível identificar a raiz do conceito de América Latina, entender a invenção da América e suas diversas problemáticas, perceber os malefícios da modernidade e evidenciar as colonialidades presentes no cotidiano. Concluiu-se que a colonialidade é um pilar estruturante da sociedade, de forma que o quebrar é uma árdua tarefa, mas necessária que deve ser construída dia a dia, sempre pautando a possibilidade da diversidade e de diversos mundos.

Palavras-chave: América-Latina; decolonialidade; geografia.

ABSTRACT

The definition of region has presented, over the years, different meanings. As well as the names of countries, continents, their configurations and representations. The same thing happened with the concept of Latin America. This went through several senses, following the interests of each period. However, despite these changes, its content remained colonial, mainly because its nomenclature was given by the colonizers. The definition of Latin Americans erased the differences of the various peoples that inhabited the continent and grouped them as homogeneous. Therefore, there is currently a claim to the concept of Abya Yala over America evidencing the territory that was invaded by the Europeans, especially the native peoples who lived here before the creation of America. Decoloniality assists in understanding this problem while showing the violent processes of erasure to which these peoples were victims. It was sought, through literature reviews on the themes, from the decoloniality, aiming to combat colonialism and eurocentrism, putting the Abya Yala in a place of subject accountant of his own history. It was used works of geographers working with the concept of region and Latin America besides exponents of decoloniality. As a result, it was possible to identify the root of the concept of Latin America, understand the invention of America and its various problems, perceive the harms of modernity and highlight the colonialities present in everyday life. It was concluded that coloniality is a structuring pillar of society, so that breaking it is an arduous task, but necessary that must be built day by day, always guiding the possibility of diversity and diverse worlds.

Keywords: Latin America; Decoloniality; Geography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização América Latina e Caribe	31
--	--------------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
ALC	América Latina e Caribe

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	OBJETIVOS.....	15
3	METODOLOGIA.....	15
4	DESENVOLVIMENTO.....	19
4	Decolonialidade.....	19
4.1	América Latina	27
4.2	Abya Yala.....	39
4.2.1	Bolívia.....	43
4.2.2	Brasil.....	46
4.2.3	<i>Nicarágua</i>	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre a América Latina e o Caribe é fundamental não apenas na formação acadêmica do geógrafo como também da pessoa física/cidadã, uma vez que se trata da região em que moramos e que foi alvo de um processo violento de apagamento. A decolonialidade, por sua vez, também é importante, visto que auxilia na compreensão dessa região a partir da produção dos latinos caribenhos.

O estudo sobre a decolonialidade tem ganhado cada vez mais força e espaço, já é expressivo o número de publicações e estudos sobre essa temática.

A modernidade, cujo início se deu em 1492 (DUSSEL, 1993), alterou diversas formas de vidas presentes até esse momento e impôs novas características e paradigmas ao mundo a partir de então.

O ano de 1492, segundo nossa tese central, é a data do “nascimento” da Modernidade, embora sua gestação - como o feto - leve um tempo de crescimento intra-uterino. A modernidade originou-se nas cidades européias medievais, livres, centros de enorme criatividade. Mas “nasceu” quando a Europa pôde se confrontar com o seu “Outro” e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pôde se definir como um “ego” descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade. De qualquer maneira, esse Outro não foi “descoberto” como Outro, mas foi “em-coberto” como o “si-mesmo” que a Europa já era desde sempre. De maneira que 1492 será o momento do “nascimento” da Modernidade como conceito, o momento concreto da “origem” de um “mito” de violência sacrificial muito particular, e ao mesmo tempo, um processo de “em-cobrimento” do não-europeu (DUSSEL, 1993, p.8).

Há dois grandes momentos que caracterizam essa nova era, o suposto descobrimento da América e a figura do filósofo René Descartes. René Descartes (2001) em seu livro *Discurso do Método* postula o conhecimento universal e objetivo ao passo que desconsidera o subjetivo e o que não pode ser explicado pela ciência. Aqui também é criado o dualismo corpo/mente.

Denominada de suposto descobrimento da América porque, como aponta Dussel (1993), a ação do descobrimento só é possível quando é permitido ao outro que ele viva de acordo com seus modos e costumes, ou seja, quando permite a existência do outro. Isso não aconteceu no continente aqui discutido, pois aos povos originários foi impedida a vivência deles de acordo com seus modo e costumes.

Dussel (1993) chama a atenção para o conceito de invenção, pois nele o sujeito da ação do pensar cria uma pessoa a partir da sua imaginação, sem

conhecê-la. Portanto, diz-se que a América foi inventada e não descoberta. Como diz Mignolo “a América não era uma entidade existente para ser descoberta. Foi inventada, mapeada, apropriada e explorada sob a bandeira da missão cristã” (MIGNOLO, 2016, p.4).

A invenção desse continente foi fundamental para a nova configuração do mundo. Antes do desembarque dos europeus ao que eles denominaram América, os povos originários já moravam nesse extenso continente e existiam de acordo com os seus diversos modos de vida.

Afinal, antes da chegada dos invasores europeus havia no continente uma população estimada entre 57 e 90 milhões de habitantes que se distinguiam como maia, kuna, chibcha, mixteca, zapoteca, ashuar, huaraoni, guarani, tupinikin, kaiapó, aymara, ashaninka, kaxinawa, tikuna, terena, quéchua, karajás, krenak, araucanos/mapuche, yanomami, xavante entre outros tantos e tantas nacionalidades e povos originários desse continente (PORTO-GONCALVES, 2009).

Para que o processo de dominação continuasse, foi fundamental a figura de Descartes e a sua célebre frase “cogito, ergo sum”, traduzida para o português de uma forma branda. O que de fato essa frase quer dizer é penso, existo. Logo, só existe quem pensa e quem não pensa, não existe. Os europeus se denominaram como sujeitos da ação do pensar, enquanto atribuíram aos povos originários a posição de não pensantes.

Sendo assim, quem pensa (os europeus) deve assumir o posto de comandar o pensamento para aqueles não pensantes, não gente (os povos originários). Além disso, essa frase recebe um caráter religioso muito forte, pois o pensar era uma dádiva divina, a qual não era concedida a todos. Assim, quem pensa, é quem é abençoado, portanto, é um dever de eles levarem a luz para os outros povos.

Dussel (2005, p.30) postula a seguinte analogia “penso, logo conquisto” para ilustrar o pensamento europeu que se colocou em um lugar de conquistador e iniciou um processo violentíssimo de conquista ao continente. A invenção da América foi uma ação de apagamento dos povos originários enquanto humanos, arrancaram-se deles a sua humanidade, transformando-os em não-sujeitos.

A dualidade cartesiana atrelada a ação de pensar e conquistar contribuiu para os europeus definirem os povos originários do continente desconhecido como sendo os outros, os objetos, não-sujeitos, não-homens, subalternos. Nesse momento também surgiu a ideia de centro X periferia, branco X não-branco e o conceito de

raça.

A decolonialidade surge para romper com a colonialidade e suas consequências perversas que ainda assombram o continente americano. Para tanto, é necessário que os povos que foram calados durante tantos anos assumam o papel do pensar e do criar, contando a sua história a partir da sua própria voz.

Produções sobre a decolonialidade, geografia e América Latina estão cada vez mais ganhando espaço dentro da academia, vale citar o dossiê “Geografia e descolonialidade desde uma perspectiva latino-americana” da GEOgraphia, revista de pós graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

A decolonialidade a perspectiva de poder englobar produções do Sul Global, sendo essas também passíveis de ser decolonial, entretanto, a descolonialidade opera no oposto. Para a descolonialidade, como o próprio “S” indica, desconsidera essas leituras e esses autores. Nessa vertente deve haver o rompimento com tudo que não foi/é produzido por subalternizados. Como mostra Catherine Walsh (2009, p.433):

Suprimir la “s” y nombrar “decolonial” no es promover un anglicismo. Por el contrario, es marcar una distinción con el significado en castellano del “des”. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento –una postura y actitud continua– de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas.

O presente trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro é sobre Decolonialidade, essa vertente é apresentada e problematizada. O segundo é sobre América Latina, aqui há a apresentação dessa região com um enfoque histórico mais focado na colonização. Por fim, tem-se sobre Abya Yala, um novo conceito, território, uma outra nomeação que se refere à América.

A necessidade de trabalhar com a América Latina e principalmente com a decolonialidade se faz para nós, enquanto latinos, extremamente necessária, pois possibilita perceber os violentos processos de apagamento que os povos foram submetidos e como a partir da colonização houve a criação da região da América Latina. Além de colocar à vista as consequências desses processos que perduram até hoje e como esses são fortes e presentes na sociedade, pautando como a nossa vida deve ser.

Estudar a decolonialidade abre os olhos para diversas problemáticas e traz o

questionamento sobre determinadas práticas da sociedade que foram naturalizadas.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Deconstruir o conceito de América Latina, considerando o arcabouço decolonial, a fim de auxiliar no combate ao colonialismo e o eurocentrismo, colocando a Abya Yala em um lugar de sujeito contador da sua própria história.

2.2 Objetivos específicos

- a) Problematizar a criação da América Latina pelos europeus, fato que desconsiderou os povos originários que já viviam aqui;
- b) Compreender o que essa criação acarretou a nós latinos, ex. desconsiderar as diferenças dos povos e juntá-los em uma denominação única;
- c) Abordar a decolonialidade como uma alternativa à desconstrução do conceito de América Latina;
- d) Apresentar exemplos de resistência dos povos originários e como os latinos os vêem/como os latinos não se vem latinos.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado a partir de revisões bibliográficas, com foco nas produções de latinos-caribenhos, pois sabe-se que esses são vítimas da invisibilidade conceitual, sendo pouco ou quase não utilizados como referências.

Para compô-lo utilizou-se de obras de nomes da decolonialidade como Enrique Dussel, Walter Mignolo, Ramon Grosfoguel, Nelson Maldonado Torres e Aníbal Quijano. Também consultamos trabalhos dos martinicanos Aimé Césaire e Frantz Fanon. Além deles, também foram utilizados geógrafos que trabalham com a decolonialidade e a América Latina como Carlos Walter Porto-Gonçalves, Pedro de Araújo Quental e Rogério Haesbaert. Por fim, também buscamos apoio em outros geógrafos que discorrem sobre o conceito de região, como Iná Elias de Castro e o próprio Rogério.

Para a busca da bibliografia utilizou de palavras chaves como região, América

Latina, geografia e decolonialidade na plataforma do Google Scholar. Também se utilizou do empréstimo de livros realizado nas bibliotecas na Universidade Federal de Alfenas. Além disso, consultou-se de notícias e entrevistas em sites, como o da BBC e Brasil de Fato.

“1492 O encobrimento do outro” de Enrique Dussel foi uma obra norteadora desta pesquisa. O autor evidencia o apagamento dos povos subalternizados, discorre sobre a mudança no mundo a partir da modernidade que se iniciou em 1492 e aponta seus malefícios para o continente americano enquanto a Europa se colocava como centro do mundo.

O livro “Decolonialidade e pensamento afro diaspórico” compilado por Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramon Grosfoguel foi um grande contribuinte dessa pesquisa, nele contém exemplos da decolonialidade, explicação do que é, assim como sobre o que é colonialismo e as vertentes da colonialidade.

O artigo “A latinidade do conceito de América Latina” de Quental foi fundamental para essa pesquisa, uma vez que a ideia de estudar esse tema surgiu com a leitura desse texto. O autor aborda a definição de conceito e a criação da América Latina e os problemas que isso acarretou.

Walter Mignolo também teve grande participação neste trabalho, leu-se diversas obras do autor, como “Walter Mignolo: uma vida dedicada al proyecto decolonial”, “Histórias Locais/Projetos Globais”, “Colonialidade o lado mais escuro da modernidade”. Mignolo trabalha com o conceito de América Latina pontuando críticas a esse enquanto explica a sua criação. Também mostra a perversidade da modernidade.

“Regional-Global” do Rogério, obra fundamental para compreender e problematizar a questão da região e da regionalização, o autor faz diversos apontamentos sobre essas questões e coloca possibilidades de outras regionalizações.

Aimé Cesaire em seu “Discurso sobre o colonialismo” aborda a colonização e como os europeus desumanizaram os povos os do continente americano e africano.

Aníbal Quijano no artigo “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina” discorre sobre a colonialidade do poder e como essa se insere de forma dominante na sociedade, ditando o local de trabalho com base na raça. Além disso, ele trabalhar o conceito de eurocentrismo e América Latina, destacando que essa foi criada pela Europa enquanto a mesma se colocava como centro do mundo.

“Abya Yala” de Moema Viezzer é um livro que apresenta sobre alguns acontecimentos na América e traz dados sobre as populações originárias antes e durante a colonização. Também expõe as violências as quais os povos foram vítimas.

Nelson Maldonado-Torres, compõe o grupo M/C no entanto o autor não é da geração que fundou o grupo e sim de uma posterior, no ensaio “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto” abordo o surgimento da colonialidade do ser e como essa dita quem é humano e quem não é.

Edgardo Lander no livro “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas” trata da questão da colonialidade do saber, mostrando que essa opera dizendo como se deve fazer ciência, o que é o conhecimento, qual é válido e qual não, descarte da subjetividade.

O artigo “Para que Abiyala viva, las Américas deben morir: Hacia una Indigeneidad transhemisférica” de Emil Keme relata o assassinato dos povos originários de Abiyala enquanto os assassinos inventavam a América.

A partir das leituras realizadas foi possível compreender a construção do conceito de América Latina e suas implicações, como o apagamento da humanidade dos povos originários da América, além de entender quais malefícios essa regionalização trouxe, compreendendo que a homogeneização de povos distintos apagou suas diferenças e os uniu em um único bloco.

As leituras da vertente decolonial contribuíram no processo de entendimento da América Latina com olhos outros, pelo olhar dos povos que foram calados por séculos, questionando e resgatando mundos outros e novas formas de pensar sobre a região, regionalização, América Latina e resgate de Abya Yala.

Por fim, investigou os vários processos de resistência desses povos originários, o que inclui a busca pelo resgate de sua ancestralidade. Com foco na Bolívia que teve o primeiro indígena presidente do país e criou uma Constituição Plural, tornando-se o Estado Plurinacional da Bolívia, o Brasil que não se vê pertencente à América Latina e a Nicarágua que com o Estatuto da Autonomia reconhece e garante o direito dos povos originários. Foi possível perceber a decolonialidade na prática e suas falhas

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 DECOLONIALIDADE

Estudiosos do sul global, principalmente da Índia, liderados por Ranajit Guha, em 1970, juntos formaram o grupo de estudos “pós-colonial”. Paralelo a esse acontecimento, na América Latina acadêmicos conhecendo o movimento que estava acontecendo, criaram um grupo de estudos denominado Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos. No entanto, deram-se conta de que os trabalhos feitos lá não explicavam o que havia acontecido aqui.

Dessa forma, alguns deles, descontentes e insatisfeitos, saíram do grupo, outros pesquisadores, para dar conta de escrever e explicar o processo de colonialismo daqui, juntaram-se e criaram o grupo de estudos Modernidade/Colonialidade. Este nome foi criado para indicar que a colonialidade depende da modernidade, ambas andam juntas.

O Modernidade/Colonialidade foi formado por Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Boaventura Santos, Catherine Walsh, Edgardo Lander, Enrique Dussel, Fernando Coronil, Immanuel Wallerstein, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez, Walter Dignolo e Zulma Palermo.

Mesmo com diferentes abordagens, os pensadores citados acima despontaram com seus escritos e estudos, tornando-se referência no estudo de decolonialidade em Abya Yala (América).

Inicialmente a decolonialidade surgiu para tratar do poder, do ser e do saber, hoje já há estudos que mostram a colonialidade da Mãe natureza e do gênero, contudo essas não serão abordadas neste trabalho.

Antes de abordar a decolonialidade é preciso definir o que é colonialismo e o que é colonialidade.

O colonialismo foi um sistema político, econômico e religioso de dominação, que foi imposto pelos europeus aos países não-ocidentais na época da colonização, iniciado em 1492 cujo fim foi diferente em cada país, considerando que os processos de independências não foram simultâneos. Nas palavras de Maldonado-Torres (2018, p.35), “Colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais”.

Grosfoguel afirma que “As zonas periféricas se mantêm numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial”

(GROSFOGUEL, 2008, p.126), mas considerando a existência de 14 territórios na América Latina e Caribe onde, até hoje, subjugados aos Estados Unidos e a países da Europa, não se pode fazer tal afirmação.

A colonialidade, por sua vez, é um princípio estruturante que carrega características do processo colonial em todas as esferas da vida humana, moldando as ações humanas e o pensamento. Para Grosfoguel (2008, p.126):

A colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial.

A colonialidade se mantém mesmo com o fim do colonialismo, uma vez que esse atuou por muitos séculos, deixando diversas marcas nas sociedades em que operou. Como mostra Maldonado-Torres (2008, p.126):

Así, pues, aunque el colonialismo precede a la colonialidad, la colonialidad sobrevive al colonialismo. La misma se mantiene viva en manuales de aprendizaje, en el criterio para el buen trabajo académico, en la cultura, el sentido común, en la auto-imagen de los pueblos, en las aspiraciones de los sujetos, y en tantos otros aspectos de nuestra experiencia moderna. En un sentido, respiramos la colonialidad en la modernidad cotidianamente.

Há três vertentes de colonialidade, a do poder, a do ser e a do saber.

A colonialidade do poder tem como expoente mais conceituado Aníbal Quijano, mas como mostra Grosfoguel (2018), esse demorou para reconhecer a importância desse tema, tendo iniciado seus estudos sobre a colonialidade apenas nos anos 1990, sendo que antes disso já havia autores escrevendo sobre isso, porém utilizando outros conceitos.

A colonialidade do poder mostra a questão da raça e do racismo como vigas estruturantes da sociedade e um aparato de dominação que dita todas as relações da vida humana. Desta forma, ela impõe quais são as raças superiores e inferiores, sendo atribuído a raça superior trabalhos assalariados e a raça inferior a servidão ou a escravidão. Como mostra Quijano:

No curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominante -os brancos (ou do século XVIII em diante, os europeus)- foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em escala global. Consequentemente, novas identidades históricas e sociais foram produzidas: amarelos e azeitonados (ou oliváceos) somaram-

se a brancos, índios, negros e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial (QUIJANO, 2005, p.119).

A partir da modernidade, altera-se o modo de configuração da sociedade, sendo agora pautado pela colonialidade cuja estruturação se dá pelo racismo, como mostra Grosfoguel “A colonialidade estabelece que o racismo é um princípio organizador ou uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade” (GROSFOGUEL, 2018, p.59).

A colonialidade do saber se insere na perspectiva do conhecimento válido sendo apenas o conhecimento europeu, logo, esse deve ser universal, levado aos demais povos. A exemplo, os europeus desconsideraram o arcabouço de conhecimento dos povos originários porque esse era oral e não escrito, sendo o escrito o único conhecimento validado pelo Ocidente.

O conhecimento europeu tem como base o modelo cartesiano, ignora as questões subjetivas e tem como estrutura a ciência objetiva e universal. Esse modelo a ser seguido baseado na Europa como o padrão certo se caracteriza como eurocentrismo, como mostra Quijano:

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005, p.126)

Por fim, Maldonado-Torres vendo que havia duas colonialidades pensou que se existe a do poder e a do saber, existe também a do ser. A colonialidade do ser tem por objetivo mostrar os efeitos da colonialidade na vivência dos colonizados. Como diz Maldonado-Torres “La colonialidad del ser introduce el reto de conectar los niveles genético, existencial e histórico, donde el ser muestra de forma más evidente su lado colonial y sus fracturas” (MALDONADO-TORRES, 2003, p. 130-131).

A colonialidade do ser define quem é humano e quem não é humano considerando o *cogito ergo sum*, o famoso penso, logo existo, ou seja, penso, existo.

Se existem os seres pensantes, existem também os não seres, os não pensantes. Os não pensantes devem ser conduzidos por aqueles que foram agraciados com a dádiva do pensar e a de produzir conhecimento. Como mostra Maldonado-Torres (2003, p.144):

De esta forma descubrimos una complejidad no reconocida de la formulación cartesiana: del “yo pienso, luego soy” somos llevados a la noción más compleja, pero a la vez más precisa, histórica y filosóficamente: “Yo pienso (otros no piensan o no piensan adecuadamente), luego soy (otros no son, están desprovistos de ser, no deben existir o son dispensables)”.

A colonialidade do ser trabalha com dois parâmetros principais: a invisibilidade e a desumanização do ser. Ou seja, a partir do conceito de raça, é arrancado o ser daqueles pertencentes a “raça inferior”. Eles são desumanizados. Eles não são.

Em resumo, a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e do ser percorridas por Maldonado-Torres:

Y, si la colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación, y la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto en el lenguaje (MALDONADO-TORRES, 2007, p.130).

Explicado os pontos acima, ainda surge a grande pergunta acerca do tema norteador desse trabalho, o que é a decolonialidade? É uma tarefa difícil defini-la, uma vez que essa ação vai contra os seus princípios, visto que a definição e criação de caixas enquadradoras é uma base eurocêntrica de herança cartesiana. Mas já que é necessário seguir padrões hegemônicos para cumprir tais tarefas, será definido.

A decolonialidade trabalha em três campos, formando uma tríade: epistêmica, teórica e política. É epistêmica porque desloca saberes, dando voz àqueles que foram negado o direito de falar. É teórica porque coloca outras formas de estar no mundo. É política porque reconhece os povos subalternizados.

A colonialidade é um projeto feito por e para os sujeitos que foram tratados como não-sujeitos, desumanizados, não-homem, subalternizados, “a

decolonialidade, portanto, tem a ver com a emergência do condenado como pensador, criador e ativista [...]” (MALDONADO-TORRES, 2018, p.46).

Ela tem como objetivo possibilitar mundos outros, onde haja diversos modos de vida em detrimento de apenas um ideal, como postulado pela modernidade. A decolonialidade luta contra a lógica moderna/colonial e seus efeitos traduzidos na forma de colonialidade. Como mostra Grosfoguel (2018, p.65):

A decolonialidade trata da produção de um projeto antissistêmico que transcenda os valores e as promessas da modernidade como um projeto civilizatório e da construção de um horizonte civilizatório distinto, com novos valores e novas relações que comunalizem o poder[...].

A decolonialidade trabalhada nesse trabalho tem como foco a que é produzida pela e para a Abya Yala/América. Por isso, optou-se por utilizar de autores latino-caribenhos para compô-lo. Mas, não confunda a decolonialidade com a negação das produções feitas pelo Norte Global, elas podem e devem ser utilizadas, desde que haja algo a ser aproveitado.

A decolonialidade surge para mostrar que a colonialidade é presente na vida daqueles que foram colonizados, de uma forma imperceptível, considerando que é a única forma de vida conhecida, logo, é naturalizada. Como mostra Nelson Maldonado-Torres:

Nesse contexto, decolonialidade como um conceito oferece dois lembretes-chave: primeiro, mantém-se a colonização e suas várias dimensões claras no horizonte de luta; segundo, serve como uma constante lembrança de que a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois do fim da colonização formal e da conquista da independência econômica e política. É por isso que o conceito de decolonialidade desempenha um importante papel em várias formas de trabalho intelectual e artístico atualmente (MALDONADO-TORRES, 2018, p.28).

Livrar-se da estrutura colonial é uma árdua tarefa que deve ser cultivada dia-a-dia, de forma paciente, percebendo a colonialidade nas pequenas coisas e lutando para mudá-la. Por isso, como diz Mignolo (2008, p.305) “Precisamos desatar o nó, aprender a desaprender, e aprender a reaprender a cada passo”.

As vastas produções acadêmicas sobre o tema contribuem para trazer a decolonialidade mais próxima da realidade, no entanto, essas práticas não podem e não devem ser restritas a academia. Aqui se insere uma crítica ao grupo M/C, pois

todos os participantes são acadêmicos.

Além do mais, a decolonialidade, por ser um tema novo, não tem muito espaço na academia, como consequência há a dificuldade em publicar artigos sobre essa temática, assim como autores decoloniais não são trabalhados nas aulas, seja em qualquer nível da educação. Salvo disciplinas específicas que trabalham com essa perspectiva.

Contudo, ocupar esses lugares é de extrema importância, visto que o mundo está inserido no sistema colonial eurocêntrico e opera a partir dessa lógica e o único modo de subverter tal situação é de dentro dele. Além do mais, faz-se necessário ocupar postos de prestígios para poder ser visto. Escrever, palestrar e publicar sobre a decolonialidade, seja onde quer que seja, é uma prática decolonial e de resistência.

A decolonialidade não pode se restringir ao discurso, ela deve ser posta em prática, na concretude da realidade. Como mostra Silvia Rivera Cusicanqui (2012, p.62) “No puede haber un discurso de la descolonización, una teoría de la descolonización, sin una práctica descolonizadora”.

Muitas vezes, países e territórios geograficamente localizados na América Latina e Caribe são excluídos da categoria de latinos porque a colonização desses não foi realizada por países ibéricos. No entanto, surge o questionamento, esse fato é suficiente para não os ler como latinos?

Outra hipótese levantada acerca dessa exclusão pode ser derivada da noção de latino restrita aos países Espanha, Itália, França e Portugal, como apresentada no capítulo seguinte. Infere-se que como alguns países e territórios do Caribe não foram colonizados por esses países, eles foram excluídos da regionalização latina. Contudo, o território da Martinica, sob domínio Francês, até hoje, cujo idioma oficial é o francês, berço de grandes expoentes do pensamento decolonial, como Frantz Fanon e Aimé Césaire, passou e passa pelo violento processo de colonização, encontra meios de resistência, não se enquadra como latino?

Outro princípio que acredita ser determinante ao definir se um país é latino ou caribenho é a religião. Países cuja religião é a católica se inserem como latinos, enquanto países colonizados por anglo saxões, protestantes, são caracterizados como caribenhos.

Não se pretende com esses questionamentos e proposições ignorar e descredibilizar a regionalização do Caribe. Foram hesitações sobressaídas durante

a produção desse trabalho, que, consideradas pertinentes, devem ser postuladas aqui como forma de crítica aos autores decoloniais que não trouxeram a abordagem América Latina e Caribe, gerando a dúvida se apenas não escreveram Caribe em seus trabalhos ou o excluíram de suas análises e de Abya Yala.

Faz-se necessário, como forma de presença, registrar se o Caribe se enquadra nas análises feitas sobre a América Latina e Abya Yala, dessa forma, considera-se um erro dos autores nem citar o Caribe. O não aparecimento dessa região é visto como um apagamento. É importante a menção a região, visto sua história de luta e resistência ao colonialismo tal qual no restante da América.

É importante ressaltar que, embora alguns autores não citem a nomenclatura Caribe, em alguns trabalhos a revolução Haitiana é citada e tida como exemplo de decolonialidade.

Compreende-se a regionalização do Caribe enquanto a junção dos países e territórios insulares que são banhados pelo mar do Caribe. Porém, ele engloba algumas partes continentais de países latino americanos, como a Colômbia e o México. Dessa forma, tornando-se difícil entender essa regionalização.

Soa contraditório questionar se o Caribe é latino, considerando que o trabalho questiona e critica o conceito de América Latina. Não se aspira considerá-lo como o correto, sabendo que tanto o conceito de latino-americano e caribenho são criações colonialistas. Ainda assim, por conta de seu passado semelhante e de sua proximidade com alguns países latinos e por pertencer ao mesmo continente - América/Abya Yala- essas questões foram levantadas.

O que se conclui é que o Caribe deve aparecer após América Latina, como formas distintas de regionalizações, mas que têm semelhanças e todas pertencem a Abya Yala.

Ana Ester Ceceña (2010) propõe a utilização do termo Gran Caribe, que para ela diz: “Por Gran Caribe se entiende el conjunto de territorios bañados por las aguas del Mar Caribe. Incluyelas islas del Caribe y los países costeros: Venezuela, Colombia, Panamá, Costa Rica, Nicaragua, Honduras, Guatemala, Belice y México”(p.5). para se referir a essa regionalização. A autora também diz:

Para 1634 los neerlandeses se habían apropiado Curaçao y en 1636 Aruba, constituyendo lo que se llamaría desde entonces Antillas Holandesas. En 1609 los ingleses habían tomado Bermuda, y de ahí avanzaron hacia Montserrat en 1632; a Anguila en 1650; a Jamaica en 1655; a las Islas Caimán en 1670; y desplazaron a los neerlandeses de las Islas Vírgenes –

que a su vez habían sustituido a los españoles- en 1672. Francia, a su vez, aprovecha el descuido de los españoles atentos a las incursiones en tierra firme y se toma algunas islas como Tortuga, Martinica, Guadalupe y una parte de Saint Domingue (La Española), que es finalmente declarada posesión francesa en 1655 (CECEÑA, 2010, p.12).

Outro ponto que merece destaque é o tratamento de Abya Yala enquanto apenas a região da América Latina, novamente excluindo o Caribe e, como novidade, ignorando a América do Norte. Abya Yala é a reivindicação de toda a América. A decolonialidade permite a descoberta de mundos outros, através dela é possível perceber os violentos processos de apagamentos que foram realizados nos povos originários, criando indagações, tentando mensurar o quanto de cultura foi perdido durante esse processo.

Escancara - ainda mais - o quanto o capitalismo é cruel e o quanto os processos de colonialismos foram bárbaros e desumanos.

Todavia, amplia exponencialmente o orgulho de ser abya yalense considerando todo o processo de resistência e luta contínua que enfrentam diariamente os povos originários desses gigantes territórios. E mostra o quanto eles foram e são fortes.

Desperta curiosidade e vontade de aprofundar os estudos sobre Abya Yala e conhecer as diversas culturas dos povos originários. Conhecer o mundo ou os mundos que foram apagados.

Mostra a quão perverso foi o processo de regionalização nos moldes eurocêntricos da América Latina e Caribe, reduzindo tantos povos a uma única nomenclatura. Colocando-os, definindo-os, rotulando-os em caixas cartesianas.

A decolonialidade auxilia no questionamento ao olhar para determinada prática ou para algo dito como natural ou certo a ser seguido e se perguntar a naturalidade disso. Além de permitir estar sempre aberto a mudança.

4.2 AMÉRICA LATINA

Primeiro, para o mundo moderno, nomeada de Índias Orientais, depois de América e, por último, América Latina, mas a priori de todas essas Tawantisuyuy, Anáhuac e Abya Yala.

Atualmente a região da América Latina e Caribe é composta por 33 países e por 14 territórios. Os países são Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El

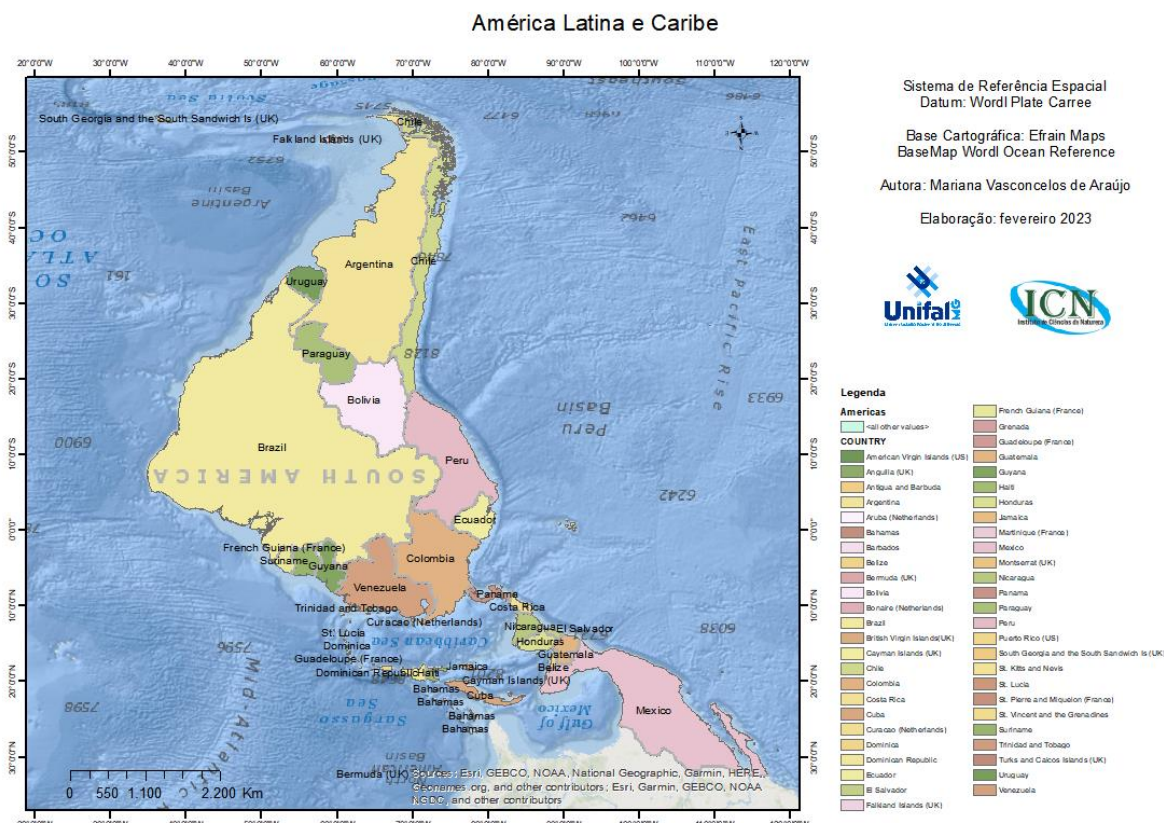
Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Já os territórios são Anguilla, Aruba, Bermudas, Curaçao, Guadalupe, Guiana Francesa, Ilhas Cayman, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens dos Estados Unidos, Martinica, Montserrat, Porto Rico e San Martín. Elas enquadram-se na categoria de território porque ainda em plano século XXI são colônias estadunidenses, britânica, francesa e holandesa.

Abaixo segue um mapa de localização da América Latina e do Caribe inspirado no mapa de ponta cabeça do uruguaio Joaquín Torres García. Nada mais decolonial do que o mapa ao contrário, como forma de contestar a noção de se orientar ao Norte, como se fosse um espelho, um modelo que os do Sul precisam seguir, seja de desenvolvimento, do jeito de produzir e de ser.

O mapa invertido mostra que não deve haver Norte para nós do Sul, o nosso Sul é mais que suficiente para servir de inspiração, deve-se optar pelo resgate da ancestralidade dos diversos povos que viviam aqui e não se orientar, buscar ser como os do Norte Global.

Figura 1: Mapa de localização América Latina e Caribe



Fonte: Autora, 2023

A América Latina é conhecida como uma região que foge dos limites da geografia física e ultrapassa fronteiras no momento em que abarca o México, cuja localização geográfica se encontra na América do Norte. Mas o que é uma região e como se determina uma regionalização? E em que momento essas foram criadas e quando surgiu o conceito de América Latina?

Região é um conceito fundamental na geografia e, assim como os demais conceitos, foi definido em diferentes tempos e espaços, logo, apresenta diversas significações que também mudam seguindo as correntes geográficas existentes. Embora seja um conceito visto como pertencente a geografia, ele não se restringe a ela, sendo bastante usado em outras ciências, principalmente na economia.

Uma região é definida com base no agrupamento de uma porção do espaço que apresenta semelhanças. Sendo essa porção feita de atributos próprios, marcada pela presença social que vive no espaço e o produz de formas socialmente diferentes e, portanto, economicamente distinta. Iná Elias de Castro diz:

Uma região possui uma identidade que permite diferenciá-la do seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da

compreensão da totalidade que ela contém. A região é, portanto, concreta, observável e delimitável. Como qualquer segmento do espaço, a região é dinâmica, historicamente construída e faz parte da totalidade social. Portanto, suas características internas são determinadas e determinantes da sua interação com o todo (CASTRO, 1986, p.29-30).

Rogério Haesbaert, geógrafo que trabalha com o conceito de região e regionalização, postula o seguinte:

Pode-se afirmar que, como base para a grande distinção – e relação – entre Geografia Geral ou Sistemática e Geografia Regional, o todo e as partes, região diz respeito em primeiro lugar às questões elementares que envolvem a diferenciação do espaço geográfico, permitindo identificar suas partes ou singularidades através de diferenças de natureza ou tipo e diferenças de grau (como as desigualdades) (HAESBAERT, 2019, p.117).

A região pode ser compreendida a partir de três categorias, são elas, a de análise, a prática e a normativa. A primeira se refere ao uso no cotidiano das pessoas, inserida no senso comum. A segunda diz respeito a utilização no meio acadêmico. Já a última se refere à presença nos documentos, planos e projetos estatais, que utilizam o conceito visando o planejamento.

A regionalização, por sua vez, também é um conceito de difícil definição. No sentido mais básico remete ao ato de recortar o espaço e delimitar uma área. Quando pensada para além do Estado-Nação, a regionalização agrupa países, estados e/ou municípios que apresentam características semelhantes em um único bloco. O ato de regionalizar denota poder, “o poder de recortar, de classificar e, muitas vezes, também de nomear” (HAESBAERT, 2010, p.23).

Atualmente, ao olhar para um mapa, não se questiona se o mundo foi sempre assim porque a representação cartográfica é naturalizada como orgânica e não como um produto criado pelo homem em determinado tempo com objetivos específicos. Nem sempre o mapa foi como é e muito menos os continentes eram da forma que são e nomeados como tal.

A exemplo, nem a divisão do mundo em continentes era algo reproduzido pela maioria dos povos que habitavam o planeta, era algo feito apenas pelos cristãos do Ocidente. No século XV, a cosmologia cristã era exclusiva ao dividir o mundo em três continentes, Ásia, África e Europa, sendo cada um desses representado por um filho de Noé, Sem, Cam e Jafé, respectivamente (MIGNOLO, 2003).

Por isso que inicialmente Colombo achou que havia chegado as Índias, logo denominou os habitantes daqui de índios, como diz Dussel (1991, p.31): “o índio não

foi descoberto como Outro, mas como “si-mesmo” já conhecido (o asiático) e só reconhecido negado então como Outro) ‘em-coberto”.

Dessa forma, Dussel pontua a invenção do “ser-asiático” porque foi algo construído no imaginário do europeu. Não houve um descobrimento dos povos originários porque essa ação só ocorre a partir da existência orgânica da outra pessoa, o que não aconteceu aqui, tendo em vista que suas formas de vida foram aniquiladas. O europeu o encobriu.

Deparar-se com uma quarta parte do mundo foi uma grande surpresa para os europeus e para os povos originários. O choque foi dos dois lados, de um, pessoas sem barba e sem roupa, do outro, pessoas de peruca e vestidas. Ambas com idiomas diferentes, organização do território e moradias distintas

O discurso proclamado a respeito desse choque não poupa esforços para tratá-lo como uma ideia de encontro, como se houvesse um intercâmbio cultural marcado pelo respeito entre as diferentes culturas. No entanto, foi um processo violento, que tinha por objetivo exterminar as culturas dos povos originários e inseri-los em um modo de vida totalmente cristão europeu. Como diz Porto-Gonçalves (2012, p.6):

Para os que vivem no novo continente o encontro das diferenças é, diferentemente dos discursos pós-modernos, tensão, resistências, tragédias e reinvenção permanente da vida em circunstâncias que exige de cada um de nós agir-pensar a modernidade por quem a sente enquanto expulsão das terras, por quem não pode falar sua própria língua em seu próprio território e, ao mesmo tempo, tem que falar a língua dominante com outro sentimento porque a modernidade chega com a mão santa da chibata ou com o glifosato da Monsanto. Não olvidemos que o agronegócio da soja de hoje é tão moderno-colonial como o foi, ontem, o do açúcar com seus engenhos.

Passado Colombo e sua confusão em relação ao se localizar geograficamente, aparece a figura de Américo Vespúcio. Esse percebeu que as Índias de Colombo não eram as Índias, mas sim um lugar novo que para o ego europeu eurocentrado não importava a nomenclatura. Sendo assim, o cosmógrafo alemão Martin Waldseemuller aconselhou chamar de América, feminino de Américo para seguir no padrão de nomes dos continentes.

Nomear algo é força, é marcar território, supõe-se que Waldseemuller sabia disso quando sugeriu o nome de América. Como dizem os autores Carlos Walter Porto-Gonçalves e Rogério Haesbaert: “Nomear cada coisa, cada lugar, é um modo

de nos apropriarmos do espaço, de nos territorializarmos (PORTO-GONÇALVES, HAESBAERT, 2006, p.14)”.

Um dos conceitos fundamentais da geografia é o de território. Esse conceito aparece, majoritariamente, definido através de um sentido europeu e acadêmico. O território “é uma criação e, em especial no caso de nossa espécie, uma criação histórica que, como tal, traz dentro de si os processos e sujeitos que protagonizaram sua instituição (PORTO-GONÇALVES, HAESBAERT, 2006, p.14)”.

Sociedade e território são indissociáveis. Toda sociedade ao se constituir o faz constituindo o seu espaço, seu habitat, seu território. Ao contrário do pensamento disjuntivo que opera por dicotomias, como quer fazer crer o ainda hegemônico pensamento eurocêntrico moderno, não temos primeiro a sociedade (ou o espaço) e, depois, o espaço (ou a sociedade) – sociedade e espaço. Na verdade, sociedade é espaço, antes de tudo, porque é constituída por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo [...] (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.26).

Os povos originários possuem algumas definições para território, essas, obviamente, diferem das concepções eurocêtricas e antropocêtricas e tem estreita relação com a natureza. Haesbaert em seu livro Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”, em um momento específico de aprendizado com a comunidade quíchua-cayambe pontou:

No final, estávamos convencidos de que a sabedoria ancestral dos povos originários por ela acionada tem mais a nos dizer sobre o território do que nossas elucubrações teóricas, às vezes, destituídas de qualquer potencial de diálogo com essas realidades territoriais, vividas de modo efetivamente integrado (Haesbaert, 2021, p.193).

O território se torna, assim, antes de tudo, território de vida para grupos cuja existência, conjugada ao mundo de outros seres, como os animais, se deve a essa relação indissociável com seus espaços de vivência cotidiana, rompendo, à sua maneira, com a visão dicotômica entre matéria e espírito, natureza e sociedade. Através dessa ampliação da concepção de território – que, muitas vezes, parece sinônimo de espaço geográfico– é como se pudéssemos, a partir de um fazer/ pensar latino-americano, retomar e ir além da ideia de geógrafos clássicos europeus (HAESBAERT, 2004-2005, 2021).

O que os europeus nomearam de América era conhecido como Cemanáhuad para os Astecas, Abia Yala para os Runas do hoje Panamá e Tahuantisyo para os Incas (DUSSEL, 1993).

Em 1519, esse amplo continente contava com uma população estimada entre 57 e 90 milhões de habitantes (PORTO-GONÇALVES, 2009) que viviam de formas

distintas, com diferentes idiomas, organizada coletivamente, mas que tinha em comum a noção de pertencimento à natureza e, lamentavelmente, compartilharam o papel de vítima da colonização.

Os europeus ignoraram todos os habitantes que viviam aqui há muito tempo, excluíram-nos das tomadas de decisões, nem o nome do continente que eles habitavam puderam escolher, foram reduzidos a um único povo, primeiro como índios e depois como latino-americanos, não tiveram seus idiomas respeitados, foram demonizados e sofreram todos os tipos de violência possíveis.

Emil Keme em seu artigo “Para que Abiyala viva, las Américas deben morir: Hacia una Indigeneidad transhemisférica” mostra o processo de apagamento das diferenças existentes entre os povos originários:

Como bien se sabe, cuando Cristóbal Colón invadió nuestros territorios, denominó al “Nuevo Mundo” como “Indias occidentales” y nos impuso la categoría “indio”, la cual nos encarceló epistemológicamente, borrando nuestra “densidad” o nuestras profundas complejidades como sociedades indígenas (Andersen). Desde 1492 en Abiyala, la categoría Indio “se aplicó indiscriminadamente a toda la población aborígen, sin tomar cuenta ninguna de las profundas diferencias que separaban a los distintos pueblos y sin hacer concesión a las identidades preexistentes” (Bonfi Batalla, 111) (KEME, 2018, p.23.).

Em 1605, os habitantes desse continente chegavam ao número de 700.000 (VIEZZER, GRONDIN, 2021). As causas desse declínio populacional são desde doenças que os europeus trouxeram, escravidão, alimentação péssima ou a falta dela, o próprio suicídio e a matança a qual foram vítimas.

Como exemplo, no México, o maior fator que diminuiu a população foram as doenças trazidas com os espanhóis, já nos Andes Centrais o que mais dizimou foi o trabalho nas minas, vide Potosí, uma mina no alto do Peru descoberta em 1545 (DUSSEL, 1991) que em apenas três séculos enterrou 8.000.000 de indígenas (VIEZZER, GRONDIN, 2021).

O conceito de América Latina surge, pela primeira vez, para diferenciar os povos do continente americano entre os anglo saxões e os latinos. Esse conceito provém da ideia de latinidade criada pela França bonapartista de Napoleão III que tinha por objetivo disputar poder pela soberania europeia com a Alemanha e Inglaterra (QUENTAL, 2012).

Michel Chevalier (1806-1877) foi um pensador francês, autor do livro “Cartas sobre América do Norte” que relata sua experiência quando viajou para os Estados

Unidos. Esse livro foi fundamental para a criação da dualidade da América, formada por uma América protestante e anglo-saxônica e a pela América católica e latina.

Chavalier pontuou que a Europa era constituída por países de origem latina e teutônica. Sendo os latinos Portugal, Espanha, Itália e França por conta da religião católica. Já os países teutônicos seriam os do Norte, Inglaterra, por conta da religião protestante.

Passados os séculos XVI e XVII cujo domínio foi marcado por Espanha e Portugal, logo, pela religião católica, ascendia Inglaterra e França como potência enquanto os Estados Unidos trabalhavam ferozmente no seu Destino Manifesto. Expandindo-se cada vez mais colocando em prática a sua ideia de superioridade de raça que, sendo eles os superiores, devem civilizar os outros.

Nesse momento o conceito de latinidade é utilizado como forma de diferenciar os povos e para mostrar interesse em alguns territórios latinos. Assim, como diz Mignolo, latino foi: “A ideia do ‘latino’ foi introduzida pela intelectualidade política francesa e usada na época para traçar as fronteiras, tanto na Europa como nas Américas, entre anglo-saxônicos latinos” (MIGNOLO, p.59, 2003).

No entanto, a primeira vez que o conceito “América Latina” aparece é em 1856 quando o poeta e jornalista colombiano José Maria Torres de Caicedo escreve o poema *Las dos Americas*.

Com a expansão cada vez mais forte dos Estados Unidos com o seu Destino Manifesto, a ideia de raça superior ganha força e as guerras e roubo de território se tornam extremamente fortes. Sendo a raça dos anglo-saxões superior e a dos latinos espanhóis e a dos latinos americanos a não reconhecida, a outra. Com isso, aparece o sentido pejorativo à América Latina.

Um outro momento em que aparece forte o conceito de América Latina é com a *elite criolla* que quer romper laços e negar seu passado colonial de Espanha e Portugal enquanto pontua uma nova identidade regional. A elite criolla nega o colonialismo, mas aceita a colonialidade e ainda se coloca em um lugar superior em relação aos ameríndios e aos afro-americanos.

A criação do conceito de América Latina é problemática pelo exposto acima, mas não só. Essa denominação expressa uma ideia homogênea, como se os muitos povos que existiam aqui fossem iguais. Anularam suas diferenças e os enfiaram em uma nomenclatura única, a de latino americanos.

Aimé Césaire em seu discurso sobre o colonialismo diz

E digo que da colonização à civilização a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedidas, é impossível resultar um só valor humano (CESAIRE, 1978, p. 15-16).

Uma das grandes contradições que marcam a chegada dos europeus ao, para eles, novo mundo, é o matar e/ou escravizar em nome de um deus e de uma religião que, para eles, é superior às demais. E todas as suas ações sangrentas foram respaldadas como necessárias para levar o desenvolvimento, a modernidade, tirar a pobre população originária do submundo.

Os europeus se inseriram no lugar de superiores, colocando-se na posição de dar uma alma aos povos originários desde que esses se convertessem ao cristianismo. Como diz Walter Mignolo, “Os ameríndios eram considerados vassalos do rei e servos de Deus; como tal, não poderiam, teoricamente, ser escravizados. Deveriam ser instruídos e convertidos ao cristianismo” (MIGNOLO, 2003, p.56).

Os europeus construíram uma narrativa para convencer de que estavam fazendo o bem para o mundo, assim, justificando todas as atrocidades cometidas porque era em nome de um algo maior, a modernidade.

Outra contradição que aparece é, se os europeus eram os evoluídos e civilizados por que invadiram um continente habitado por inúmeros habitantes e roubaram suas riquezas, escravizaram os povos, os comercializaram, estupraram e mataram? Tudo isso em nome de uma religião que pregava o amor, contudo, percebe-se através de seus atos que o seu deus verdadeiro era o capital.

A modernidade é fruto do encontro entre esses dois mundos distintos, um sem diferenciação de natureza, homem, mulher, estruturado na vida em comunidade, respeito e pertencimento a natureza, *versus* um capitalista, exploratório, predatório. Respectivamente os outros, como foram denominados pelos europeus, e os europeus.

Esse novo período da história marca o início de uma nova era e configuração mundial, tem-se o despontamento da Europa enquanto um continente rico e poderoso em detrimento da criação da América Latina enquanto escória da sociedade, sendo essa a responsável pelos atributos do continente europeu. Sem a América Latina a Europa não existiria nesses moldes, como mostra Porto-Gonçalves:

A Europa não se constituiria como pólo hegemônico do mundo sem a América, insistimos. Nos séculos XVI e XVII, por exemplo, não existia na Europa nenhuma manufatura que se comparasse às existentes no Brasil (os engenhos de açúcar, por exemplo) [...] (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.17).

Quando se fala em modernidade, geralmente se pensa em algo positivo, progresso, tecnologias, avanços em diversos âmbitos da sociedade, civilização, tudo sem malefícios. Essa falácia foi construída desde o início da modernidade, lá em 1492, e segue no imaginário da população com pouca aparição de suas características abomináveis.

A modernidade nasceu com o objetivo de estabelecer um único tipo de mundo possível, o mundo europeu, branco, heteronormativo, cristão. As outras variáveis de modos de vida existentes deveriam ser substituídas pelo modelo agora padrão: o europeu.

Para que a modernidade vingasse foram necessário violentos processos de apagamento dos outros modos de vida, realizados em todos os âmbitos da esfera da vida. Houve o aniquilamento dos idiomas, das estruturas residenciais, das religiões e dos próprios povos originários. Sendo arrancado desses povos sua humanidade, eles foram transformados em não humanos.

A modernidade carrega consigo um mito. Esse inverteu os papéis e criou uma história diferente. O mito da modernidade coloca os povos originários como os culpados porque viviam em um estado de barbárie e denomina os europeus como as vítimas, pois esses emanciparam os povos originários e os trouxeram para a civilização.

A Europa definiu o que era ser moderno naquela época, e, logo, a colocou nesse lugar superior, sem ter nada a aprender com os outros povos, uma vez que eles são todos inferiores. Dessa forma, Dussel (1993) caracteriza Cristovão Colombo como o primeiro homem moderno por conta do seu papel pioneiro na invasão ao continente até então desconhecido.

Como aponta Dussel (1993), o primeiro processo europeu da modernização foi a colonização da vida cotidiana do “índio” e essa aconteceu em todos os âmbitos da vida, ocuparam seu espaço, controlaram seus corpos e dominaram seu imaginário por meio da religião.

O conceito de sistema-mundo vem como uma alternativa à utilização de sociedade, pois entende-se que o primeiro é mais amplo e engloba as diferenças de

sociedades dos espaços e tempos. O primeiro pensador a falar sobre o sistema-mundo foi Oliver C. Cox (1901-1974), lá na década de 1950, no entanto não recebe o devido mérito e pouco é lembrado por ter desenvolvido essa teoria.

Immanuel Wallerstein se tornou conhecido como o pioneiro na utilização da teoria sistema-mundo, contudo, o autor reconhece que esse papel não lhe cabe e atribui os créditos a Oliver C. Cox.

Oliver Cox expounded in the 1950s and 1960s virtually all the basic ideas of world-system analysis. He is a founding father, albeit one who is hardly recognized as such and is widely neglected, even today [...] If Oliver Cox has a reputation, it is largely for his first major work, *Caste, Class and Race* [...] He decided that the crucial difference between caste and race as mechanisms of stratification derived from the fact that racism was an invention of the modern world, and the modern world was a capitalist world (Wallerstein, 2000, p.174).

Oliver C. Cox expôs nas décadas de 1950 e 1960 virtualmente todas as ideias básicas da análise do sistema-mundo. Ele é o pai fundador da teoria dos sistemas-mundo, que dificilmente é reconhecido como tal e é amplamente negligenciado ainda hoje [...] Se Oliver C. Cox tem uma reputação, esta se deve fundamentalmente ao seu primeiro grande trabalho, *Caste, Class and Race* [...] Então, ele decidiu que a diferença crucial entre casta e raça, como mecanismos de estratificação, derivava do fato de que o racismo era uma invenção do mundo moderno e que o mundo moderno era um mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2000, p.174).

O conceito de raça é uma criação moderna, antes de 1492 não há indícios de que as sociedades utilizavam esse conceito. A raça vem para justificar o racismo, a escravidão, a desigualdade e depois a diferenciação nos empregos.

Os geógrafos Rogério Haesbaert e Carlos Walter Porto-Gonçalves em seu livro “A nova des-ordem mundial” apontam para o conceito de sistema-mundo moderno-colonial. Esse conceito surge com a invasão europeia que começa a definir fronteiras e fazer demarcações, “como parte da constituição de um grande sistema estatal, “o sistema-mundo moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, HAESBAERT, 2006, p.13).

Viver em um território composto por diferentes culturas gerou, sim, uma nova cultura derivada do “encontro” desses dois mundos. No entanto, essa é mestiça, logo, é inferior e nunca seria valorizada como a europeia foi. O “encontro” gerou uma relação assimétrica, não havia respeito com a cultura do Outro, ela era insignificante.

Em um subcapítulo do livro “1492 o encobrimento do outro”, Henrique Dussel (1993) pontua alguns rostos ocultos à modernidade, como forma de mostrar aqueles que mais foram esquecidos na história da América. São eles os índios, os africanos,

os mestiços, os crioulos e posteriormente os camponeses, os operários e os marginais. O autor também afirma que a colonialidade é uma face oculta da modernidade.

Os índios, chamados assim por conta de Colombo achar ter chegado às Índias, foram os primeiros a sofrer o processo de colonização das Américas. Despojados de suas terras, forçados a trabalhar sem remuneração, ou seja, escravizados, estuprados, assassinados sofreram e ainda sofrem.

As próximas vítimas foram os africanos arrancados do continente africano para serem escravizados nas américas. Isso porque, em 1520 na Hispaniola¹, chegou ao fim o ciclo do ouro e iniciou-se o ciclo do açúcar, esse marcado pela mão de obra escravizada dos africanos. Essa população sofreu violências gravíssimas.

Os mestiços, filhos e filhas de índias de pai espanhol, não eram nem índio e nem europeu. Não sofreram como os índios e nem como os escravos africanos, mas também foram oprimidos.

Os crioulos são os filhos e filhas dos espanhóis nascidos na América. Saíram do posto de dominados para dominadores. Os camponeses surgiram devido à necessidade de trabalho no campo. Os operários surgem a partir da revolução industrial. E, por fim, aparecem os marginais por conta da impossibilidade que o capitalismo tem de empregar e oferecer condições dignas de vida para todos.

Todos esses rostos encontraram maneiras de resistir, lutaram e ainda lutam para ter condições dignas de existência. O processo de resistência foi iniciado assim que os povos originários perceberam qual era o interesse dos europeus. Essa percepção não ocorreu logo de início, a priori, os astecas tinham dúvidas da origem dos europeus.

Os astecas, no hoje México, acreditavam na pasesia, que é o retorno de algum deus, e estavam aguardando pela volta de Quetzalcóatl. Quando avistaram a chegada dos europeus pensaram em algumas possibilidades, dentre essas, a chegada do deus Quetzalcóatl ou humanos desconhecidos. Inicialmente, o que prevaleceu foi a primeira opção, sendo assim, receberam-nos muito bem.

Moctezuma, imperador asteca da época, e os demais astecas já haviam sido avisados pelos seus antepassados que o seu mundo iria acabar, logo, já esperavam por isso em algum momento. Quando perceberam que Cortês e sua turma eram

¹ Hoje República Dominicana e Haiti.

invasores e não o deus, viram-se em perigo e iniciaram seus processos de luta e resistência.

A regionalização agrupa os semelhantes, no caso da América Latina, os países que foram colonizados pela Espanha e por Portugal, cujo idioma deriva do latim, mostrando uma falsa homogeneidade com relação aos agrupados em determinado bloco. A regionalização da América Latina não considera as imensas diferenças e características particulares que cada país apresenta.

Da forma que foi conduzida, a regionalização latino-americana apaga o diferente e expõe apenas uma característica que é semelhante entre os distintos, sendo que essa se torna a marca de determinado bloco. Vide, por exemplo, a própria América Latina, pensa-se primeiro no espanhol como unidade, esquecendo que o português, do Brasil, também pertence a esse grupo.

Por conta disso, pesquisadores já apontam a necessidade de considerar outras formas de regionalização que fujam do padrão eurocêntrico. Haesbaert sugere a regionalização de baixo para cima, de forma que o povo possa fazer a sua regionalização em detrimento da estabelecida pela classe dominante com interesses capitalistas. Ele diz também:

Em casos como o dos denominados “povos tradicionais” brasileiros, especialmente indígenas e quilombolas, é toda uma “outra geografia e, também, uma outra regionalização que se desdobra a partir do momento em que, dotados de voz e visibilidade, estes grupos são providos também do poder de eles próprios mapearem, representarem e, de certo modo, assim, “articularem” efetivamente seus espaços, de outra forma considerados “excluídos” ou, pior ainda, “vazios” (como revelado por muitos mapas oficiais. Não deixa de ser este um processo de regionalização ou de articulação regional “a partir de baixo”, uma forma de pensar/representar o – e de agir no – espaço a partir de uma leitura integrada de suas múltiplas dimensões. Neste caso, novas articulações (tanto intra como inter) regionais podem ser a base, imprescindível, para a construção de novas práticas espaciais de poder, ou seja, de uma nova territorialização, mais alternativa (HAESBAERT, 2010, p. 191).

Portanto, Abya Yala surge como forma de reivindicação política do território invadido e nomeado pelos europeus. Longe do termo englobar todos os diferentes povos que habitavam aqui, mas como diz Escobar “[...] es una manera inicial de problematizar, y, al menos, hacernos tartamudear, cuando com tanta naturalidad invocamos a ‘América Latina’”(ESCOBAR, 2016).

4.3 ABYA YALA

Abya Yala é uma expressão da população Guna que significa, como mostra Aiban Wagua “Territorio salvado, preferido y querido por Baba y Nana, y en sentido extenso también puede significar tierra madura, tierra de sangre” (WAGUA, p.165, 2007).

De acordo com a cosmologia Guna, o mundo vivenciou quatro processos formativos e históricos da mãe terra. Cada um desses tem um nome. O primeiro foi Gwalagunyala, onde a Terra foi criada e passou por ciclones. O segundo foi Dagargunyala, marcada pelo caos, doenças e medo. O terceiro, Dinguayala, a mãe terra vivenciou o fogo. Atualmente, vivemos no quarto processo, Abiyala, a do território salvo, preferido, querido por papai e mamãe (EMIL KEME, 2018).

A Abya Yala surge como forma de reivindicação territorial e cultural, ancestral e decolonial dos povos originários pois indica nomear o continente com um dos nomes a que os povos originários se referiam ao seu território. Mostrando a sua voz e a sua presença que foi ignorada e escanteada por muitos séculos. Abya Yala é a voz dos povos que foram subalternizados.

Ela apareceu pela primeira vez de forma política na II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala em Quito no ano de 2004. No terceiro evento, em 2007, III Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala na Guatemala construíram uma Coordenação Continental das Nacionalidades e Povos Indígenas de Abya Yala.

A problematização em chamar os povos originários de “índios” também aparece no contexto de autodeterminação de Abya Yala. O termo “índio” foi imposto pelos colonizadores aos diversos povos que moravam em Abya Yala, além de ser colonial, anula as diferenças e peculiaridades desses povos, homogeneizando-os em uma única categoria.

Fausto Reinaga, aymara, foi um intelectual e militante, fez uma marcante afirmação nos anos 60 “Danem-se, eu não sou um índio, sou um aymara. Mas você me fez um índio e como índio lutarei pela libertação”.

Daniel Mundukuru, paraense pertencente ao povo indígena Munduruku, pós-doutor em linguística e autor de vários livros, disse (informação verbal)²:

² Fala realizada por Daniel Mundukuru na 63ª Feira do Livro de Porto Alegre, 2017.

– Quando leem minha biografia, dizem que não sou mais índio, que já sou “civilizado”. Eu não sou índio e não existem índios no Brasil. Essa palavra não diz o que eu sou, diz o que as pessoas acham que eu sou. Essa palavra não revela minha identidade, revela a imagem que as pessoas têm e que muitas vezes é negativa.

Chefe Seattle ³foi um indígena dos Estados Unidos que ficou conhecido por sua famosa carta do governo estadunidense, nomeada de Carta do Chefe Seattle, um trecho dela diz o seguinte:

Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção da terra, para ele, tem o mesmo significado que qualquer outra, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo de que necessita. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga, e quando ele a conquista, prossegue seu caminho. Deixa para trás os túmulos de seus antepassados e não se incomoda. Rapta da terra aquilo que seria de seus filhos e não se importa. A sepultura de seu pai e os direitos de seus filhos são esquecidos. Trata sua mãe, a terra, e seu irmão, o céu, como coisas que possam ser compradas, saqueadas, vendidas como carneiros ou enfeites coloridos. Seu apetite devorará a terra, deixando somente um deserto.

A América Latina e o Caribe vivenciariam alguns anos de governos guinados à esquerda, em suas diversas vertentes. Esse período é conhecido como onda rosa, cabe citar alguns países e seus presidentes. Iniciou-se na Venezuela com Hugo Chávez em 1998, seguido por Ricardo Lagos no Chile em 2000, Lula no Brasil em 2002, Néstor Kirchner na Argentina em 2003, Tabaré Vázquez no Uruguai em 2004, Evo Morales na Bolívia em 2005, Rafael Correa no Equador em 2006, Daniel Ortega na Nicarágua em 2006, Fernando Lugo no Paraguai em 2008 e Mauricio Funes em El Salvador.

Além deles, vale citar o mais destoante de todos, Cuba, desde a Revolução Cubana segue enfrentando o capitalismo e o colonialismo.

Apesar de serem todos de esquerda e de terem trazido alguns programas e benefícios sociais, esses governos também se alinharam à setores da burguesia e utilizaram do agronegócio e da mineração em grandes e maléficas escalas, sendo assim, criticados por essa atuação.

A partir das lentes decoloniais, observa-se que a regionalização imposta à América Latina não foi criada com base nela, considerando suas multiplicidades e cultura, mas sim com moldes eurocêntricos. O próprio nome da regionalização evidencia isso, uma vez que não teve participação dos povos originários em sua

³ O discurso foi proclamado pelo Chefe Seattle, cacique dos Duwamish, no ano de 1856.

escolha ao passo que nomeou referenciando um europeu.

Não obstante, percebe-se que a América Latina foi colocada em uma categoria de inferioridade, em desenvolvimento, subdesenvolvido, ou seja, tem que alcançar um lugar/um estado, como se não estivesse pronto, sendo que o desejado a se chegar é aos moldes europeus ou estadunidenses.

Atrelado a esse fato, tem-se também a invalidação do que há aqui, como se não houvesse nada para aproveitar, apenas os recursos naturais e a mais-valia.

Paralelamente, a América Latina e o Caribe apresentam um histórico forte de resistência e luta para viver resgatando sua ancestralidade e para serem sujeitos de sua própria história. Dessa forma, contando-a pela sua própria voz e denunciando o violento processo de desumanização que foi acometido ao continente.

Como será mostrado abaixo, constata-se que o colonialismo deixou diversos problemas na sociedade, os quais não serão solucionados a partir de decisões e mudanças no governo, no entanto essas ações são expressivas e um começo significativo para uma mudança que deve chegar e permitir mundos outros. Como diz Rufino:

A descolonização não é um passe de mágica, não se dá meramente no grito de independência, mas ao longo dos processos de disputa de vida que integram inconformidade, rebeldia e lutas contrárias à dominação e à produção de desvio do ser e de suas práticas do saber (RUFINO, 2021, p.30).

Em nenhum dos países citados se pretende analisar profundamente seus governos e criticá-los em suas decisões, e sim apontar algumas mudanças expressivas no país que podem ser entendidas como práticas decoloniais e de resistência em Abya Yala e mostrar que uma regionalização imposta pode ser ignorada.

Optou pela seleção de três países da América Latina para compor um pequeno estudo de caso mostrando a decolonialidade na prática (ou a falta dela, no caso brasileiro). A Bolívia foi escolhida pelo fato de ter sido o primeiro país da América a ter um presidente indígena e por criar um Estado Plurinacional. A Nicarágua foi por conta do Estatuto que assegura a pluralidade das comunidades indígenas. Já o Brasil foi selecionado por conta de sua peculiaridade em não se considerar latino.

Para tanto, utilizou-se da ideia de José Garcia Torres e seu ilustre mapa “de

ponta cabeça”. A ideia do autor foi decolonial. Mostrou que o nosso Norte é o Sul, devemos nos localizar por nós mesmos e não pelos países hegemônicos colonialistas e imperialistas localizados geograficamente ao norte.

O nosso espelho somos nós! E nada melhor do que se inspirar nos nossos ancestrais que viveram aqui há muitos e muitos anos e de acordo com seus ensinamentos estão aqui ainda como forma de rio, céu, árvore e etc.

4.3.1 Bolívia

A formação dos Estados, a criação de um Estado-Nação, a Constituição foram feitas a partir do padrão europeu, de forma que desconsiderou os saberes e tradições dos povos originários. Além disso, não garantiu seus direitos e suas pluralidades na Carta Magma. Os povos originários não eram considerados seres humanos.

A condição de subalternização foi imposta aos povos originários durante séculos, ao longo desse período eles lutaram e resistiram. Uma mudança brusca que levantou esperança e evidenciou a decolonialidade na prática foi a criação do Estado Plurinacional da Bolívia no governo do aymara Evo Morales (2005-2019), que criou uma nova Constituição que considera a diversidade dos povos bolivianos.

Atualmente, em maior expressão, há os povos Aymará, Quéchua e os Guarani e em menor proporção há os Chiquitano, os Chiriguano e os Ayoreo.

A Bolívia é um país localizado na América do Sul, com 1.098.581 km² de extensão territorial e uma população de 12.079.472 habitantes (IBGE, 2021). Sendo 62,2% população indígena, de acordo com dados de 2013. Assim, configura-se como o país de maior população indígena.

Como todo país latino americano, a Bolívia sofreu muito com a colonização e com os diversos tipos de colonialidades. O país passou por um processo de ditadura (1964-1982) e depois por um período neoliberal (1985 e 2005) que gerou muita insatisfação e revolta na população. Sendo dois momentos marcantes a Guerra do Gás e a Guerra da Água.

A Guerra da Água foi um movimento de insatisfação popular devido a privatização da água, ocorreu no ano 2000 em Cochabamba.

A população, indígenas e lideranças indígenas organizadas se movimentaram ferrenhamente para lutar por mudanças. O MAS -Movimento ao Socialismo- liderado pelo Evo Morales, antes de ser tornar presidente, foi um grande expoente na reivindicação e luta por mudanças.

Em 2005 houve um momento histórico na Bolívia, mas não apenas no país e sim em toda Abya Yala com a vitória do aymara Juan Evo Morales Ayma como o primeiro presidente indígena do continente. Evo, enquanto presente e depois utilizou o termo Abya Yala em suas falas e escritas.

A vitória de Evo levou junto o intelectual e militante García Linera como vice presidente do país que foi uma das mentes por trás da nova constituição.

Seu governo foi marcado pela criação de uma Nova Constituição fundada sob o conceito de Buen Vivir ou Sumak Kawsay em quéchuá, que tem por objetivo a construção de uma sociedade que se relacione harmoniosamente com a Mãe Terra, respeitando a natureza, indo ao oposto do modelo capitalista que é individualista, egoísta e acumulador. Buscando construir um mundo justo, diverso, inclusivo, equilibrado e harmonioso com a natureza para o bem-viver de todos os povos (BOLÍVIA, 2014).

Nuestra visión del Vivir Bien comprende los siguientes vectores de articulación con los objetivos de desarrollo del Estado Plurinacional de Bolivia:

- Acabar con el capitalismo
- Renunciar a la guerra
- Un mundo sin imperialismos ni colonialismos
- Con energías limpias y amigables con la naturaleza
- Con respeto a la Madre Tierra (BOLÍVIA, 2014, p.13).

Uma das características que a nova constituição garantiu foi a pluralidade dos idiomas, sendo o espanhol-castellano- como a língua inclusiva, a necessidade de uma língua estrangeira e uma indígena considerando a que predomina na região, a exemplo a aymara em La Paz, a quechua em Cochabamba e o guarani em Santa Cruz.

A nova constituinte realizada no governo de Evo tinha por objetivo

En primer lugar, busca fortalecer y profundizar el concepto de democracia, haciéndolo transitar de una democracia representativa, sometida a mandatos imperiales y administrada por elites cupulares de partidos tradicionales, hacia una democracia participativa e incluyente, enraizada en la Bolivia profunda y conducida por movimientos sociales y organizaciones de campesinos, indígenas, pueblos originarios y sectores populares (BOLÍVIA, 2014, p.43-44).

Durante a invasão espanhola, as vestimentas usadas pelos povos originários foram discriminadas, sendo consideradas inferiores e “coisa de índio”, tendo um sentido pejorativo atribuído pelos europeus. No entanto, como forma de resistência, a população continuou utilizando suas vestimentas, a maioria feita de aguayo.

As cholas, mulheres indígenas camponesas, utilizam os aguayos para carregar alimentos e também seus filhos. Suas vestimentas a impediam de frequentar determinados espaços e eram menosprezadas pela classe média e pelos espanhóis. No entanto elas nunca deixaram de usar suas roupas ancestrais.

Evo não utiliza terno e sim os liquiliqui, conhecido popularmente como “jaqueta”, como forma de representativa e orgulho de suas raízes andinas que por muitos séculos foram depreciadas. O liquiliqui é um casaco feito do tecido andino

aguayo. Hoje em dia conhecido mundialmente graças a Evo, mas não só, outros presidentes antes dele já haviam utilizado, no entanto, usualmente relacionado a ele como forma de resistência e orgulho de sua ancestralidade.

Outro ponto que merece destaque é a wiphala, bandeira aymara, que foi incluída como símbolo oficial na nova constituição. A Wiphala é a junção do passado ancestral marcado pelo poder da natureza ao pensamento da sociedade andina. Ela é representada pelas cores do arco íris, sendo que cada cor tem um significado (GARCÍA-MARTÍNEZ, 2022). Como mostra o autor:

La wiphala proviene de la cultura aymaras y es la traducción de los colores de arcoíris. Cada tonalidad propone una discusión con su contexto: el rojo es la tierra, el naranja es la cultura (la sociedad), el amarillo es la fuerza y la energía, el blanco es el desarrollo, entendido como la intelectualidad (tecnología y el arte), el verde la economía asociada a la agricultura, el azul es el cosmos y el violeta representa la identidad política (GARCÍA-MARTÍNEZ, 2022, p.58).

Mesmo com todas as mudanças no governo, com a representatividade de um indígena aymara no cargo de presidente da república, com a mudança na Constituição e toda a resistência dos povos durante todos esses séculos, boa parte da população ainda vê a população indígena de forma pejorativa.

A experiência plurinacional do Estado Boliviano mostra que mesmo a lei máxima do Estado-Nação não é suficiente para acabar com a colonialidade. Séculos e séculos do colonialismo deixaram profundas marcas em todos os âmbitos sociais, inclusive na mentalidade que se manifesta de forma muito forte. A consequência disso é ainda hoje um país racista.

Todas as modificações no país mostram um importante e necessário avanço que deve ser seguido pelos demais países. Contudo também mostra que o trabalho não acaba aqui, vencer a colonialidade é um longo processo.

4.3.2 Brasil

O motivo da escolha do Brasil para compor o estudo de caso sobre alguns países da América Latina se deu por conta de suas peculiaridades. É o maior país da ALC, tanto em número de habitantes como em extensão territorial, sendo considerado um país continental. São mais de 215 milhões de habitantes ao longo dos 8.510.345,540 km² (IBGE, 2021).

O outro fator que desponta atenção é a rejeição dos brasileiros em serem classificados como latinos.

Outra particularidade do país foi o processo de independência que apesar de carregar esse nome não tornou o país de fato livre, uma vez que continuou colônia de Portugal. Apenas com a proclamação da república que houve a independência, sendo essa nada participativa pelos povos originários e pela classe trabalhadora.

O Brasil inicialmente foi colonizado pelos portugueses, daí o idioma oficial do país ser o português, no entanto houve outras nacionalidades que habitaram alguns estados brasileiros.

É importante ressaltar que os povos originários que viviam aqui foram brutalmente assassinados, escravizados e até hoje sofrem. A população estimada variava entre 2 a 5 milhões (FAPESP, 1998) e hoje há apenas 897 mil (IBGE, 2010), sendo mais de 305 povos indígenas (IBGE, 2010).

Como uma das características marcantes da América Latina, o Brasil passou por longo período de ditadura militar e governos neoliberais que precarizaram direitos sociais que foram conquistados pela população e dificultaram a vida da população pobre do país, assim como ignorou os povos indígenas.

Apenas com a Constituição Federal de 1988 os povos indígenas conseguiram alguns (poucos) direitos assegurados na lei, o que na prática não ocorre, por isso até hoje lutam diariamente para assegurar seus territórios e seus modos de vida.

A onda progressista também passou pelo país e durante esse momento alguns direitos foram concedidos à classe trabalhadora e à população indígena. Embora tenha tido alguns direitos assegurados aos indígenas eles também foram vítimas de ações maléficas.

No entanto o Brasil parece ignorar seu passado ancestral ao valorizar a colonização europeia e prefere optar pela descendência dos colonizadores. Questiona-se o porquê do país não se ver pertencente à América Latina e uma das respostas se deve à noção de superioridade que atinge o país

O senso comum atribui à América Latina pobreza, miséria e insegurança. O Brasil não se sente parte disso. Ele se acha mais que isso, mais importante e melhor.

A colonização portuguesa estabeleceu como idioma oficial o português, outro fator que distancia o Brasil da latinidade, tendo em vista que a América Latina fala espanhol.

Uma pesquisa realizada pelo departamento de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) mostrou que, dos entrevistados, apenas 4% dos brasileiros se sentem latinos. Na mesma via, a pesquisa realizada pela The Americas and the World: Public Opinion and Foreign Policy mostrou que 4% dos brasileiros se vem como latino-americanos.

Por conta desse sentimento de não pertencimento, problematiza-se a regionalização e como mostra Haesbaert (2009) a população precisa se sentir pertencente, ver-se parte da regionalização que a ela foi imposta, do contrário ela não a assume. É o caso do Brasil. O país não se enxerga pertencente a América Latina, não se vê como latino, logo, não assume essa regionalização.

Daí, como também aponta Haesbaert (2009) a necessidade de uma regionalização de baixo, ou seja, feita pela população e para a população.

4.2.3 Nicaragua

A Nicarágua é um pequeno país localizado geograficamente na América Central, de 130.370 km² de extensão territorial e uma população de 6.850.540 habitantes (IBGE, 2021). Como os demais citados faz parte da regionalização da América Latina. A colonização do país se deu, na maior parte, pelos espanhóis, o que trouxe ao país o espanhol como idioma oficial

Assim como os outros países da ALC, a Nicarágua também sofreu um violento processo de colonização que foi derrotado no ano de 1811 quando o país se revoltou e declarou sua independência da colônia.

No entanto o país viveu, por mais de 40 anos, sob o governo ditatorial da família Somoza, que foi derrotado pela Revolução Sandinista de 1979.

A Revolução Cubana despertou pavor nos demais países que tinham medo da população se revoltar também. E foi o que aconteceu com a Nicarágua insatisfeita com a ditadura Somoza. Em 1961 foi fundado o Movimento Nova Nicarágua que contou com guerrilheiros treinados pelo Che Guevara. No ano seguinte o Movimento se tornou a Frente de Libertação Nacional.

Em 1963 a Frente se tornou a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) em homenagem ao revolucionário Augusto César Sandino que em 1927 esteve à frente de protestos contra a presença dos Estados Unidos no país.

Por conta de sua formação geológica, a Nicarágua é sujeita a ação de desastres naturais, como terremotos. No ano de 1972 a capital do país, Manágua, sofreu um terremoto que deixou 6.000 mortos e 3.000 desabrigados. Os Somozas pegaram a maior parte do dinheiro enviado por programas de ajuda internacional, o que culminou em uma forte revolta na população.

Assim, em 1979, depois que o ditador Anastasio Somoza fugiu para Miami, a revolução sandinista triunfou. A Revolução tinha por objetivo derrotar o colonialismo e adotar a democracia popular. Como mostra Danny Ramírez Ayérdiz:

La revolución popular sandinista significó el tenaz rechazo de todas las formas de imperialismo, de sistemas oligárquicos y de todas las formas acostumbradas de exclusión de lo popular en lo político, características de la Latinoamérica criolla independiente. Cómo no ser así la revolución, en una historia marcada por la intervención militar estadounidense, apañada por gobiernos sátrapas altamente funcionales a los intereses del Imperio (AVÉRDIZ, 2016, p.49-50).

La revolución sandinista, en su momento y todas las experiencias recientes que hemos vivido con los gobiernos progresistas de Latinoamérica, han sido, en mayores y menores medidas, planteamientos políticos decoloniales toda vez que han considerado a la región como un espacio de resistencia desde el que se puede desarticular o por lo menos modificar las matrices

históricas de la dominación capitalista (RAMÍREZ-AYÉRDIZ, 2016, p.51).

Pós-revolução o país conquistou alguns direitos e conseguiu diminuir a pobreza do país, de 22% para 11%, criou empregos, aumentou o salário mínimo e aumentou o nível de alfabetismo.

Um grande momento no país foi a aprovação e promulgação do Estatuto da Autonomia das Regiões da Costa Atlântica da Nicarágua em 1987, que significa um momento de encontro e respeito aos povos originários, além de rompimento com as desigualdades, como diz Lélia Gonzalez “É um país geograficamente pequeno, mas gigantesco na busca de um encontro consigo mesmo (GONZALES, 2020, p.145)”

Através do Estatuto houve o repatriamento de 19 mil indígenas, além disso é assegurado a eles seus direitos linguísticos e religiosos.

Nelas há uma população de 300 mil habitantes, divididos em seis grupos étnicos caracterizados por diferenças linguísticas: 182 mil mestiços, 75 mil misquitos, 26 mil creoles (negros), 9 mil sumis, 1750 garífunas (negros) e 850 ramas. Composto por seis e cinco títulos e cinco artigos, o Estatuto da Autonomia implica uma nova reordenação política, econômica, social e cultural que responde às demandas de participação das comunidades costeiras. Além de garantir a eleição das autoridades locais e regionais, o Estatuto garante a participação da comunidade na definição de projetos que beneficiem a região e reconhece o direito de propriedade sobre as terras comuns (GONZALEZ, 2020, p.145).

Apesar o Estatuto e de leis que asseguram os direitos dos povos originários na prática não são respeitados, como mostra Susana Marley Cunningham do povo Miskitu da Nicarágua. Além disso, a revolução sandinista não incluiu esses povos em sua luta pela emancipação. Como mostra Berta Marson⁴:

Em 1982, durante o período da guerra dos anos 80 e após o triunfo da revolução popular sandinista, 42 comunidades Miskitu foram deslocadas à força por membros da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). O sandinismo, ao tentar se institucionalizar no Caribe nicaraguense, teve vários confrontos com os povos negros e indígenas, principalmente por causa de sua imposição de visões coloniais e ocidentais de organização social e sua falta de compreensão e respeito a cultura ancestral desses povos. As próprias campanhas de alfabetização sandinista, nestas regiões da Nicarágua, tentaram ser conduzidas em espanhol. A voz de Mama Tara, junto com outras vozes caribenhas, se levantou para exigir que fosse realizada em Miskitu, Mayagna, Creole e outros idiomas falados no Caribe. O posicionamento desses povos e vozes como a de Susana, como crítica contra-colonial do Sandinismo, levou a que essas comunidades e vozes dissidentes fossem injustamente categorizadas como contra-revolucionárias. Na verdade, houve uma contra-revolução financiada pelos EUA, mas não foi o caso das comunidades tradicionais do Caribe.

Apesar dos direitos serem assegurados pela lei a realidade é diferente. Os

⁴ MARSON, Berta. Mama Grande e as lutas ancestrais e contra coloniais na Nicarágua. Periferia em movimento, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/especialmulheresnegras2/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

povos ancestrais da Nicarágua lutaram e seguem lutando pelos seus direitos, seus territórios, seus idiomas, suas vidas e pela Mãe Terra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como os mapas são produtos do seu tempo, as definições de conceitos também o são. A definição de região foi modificada de acordo com o passar do tempo, de forma que obteve influência das correntes geográficas de cada período. Não obstante, o conceito de América Latina também sofreu modificações.

A priori foi utilizado para traçar fronteiras, depois para diferenciar os povos do continente americano, entre anglo saxões e latinos. Posteriormente a elite criolla se apropriou desde como forma de romper com o colonialismo, mas seguiu de braços dados com a colonialidade.

A modernidade, que é apresentada como algo positivo e benéfico, o caminho a ser trilhado, foi a precursora dos processos violentos de colonização a qual vitimou os povos de Abya Yala. Fazendo com que, até hoje, os indígenas sejam caracterizados como primitivos, selvagens e atrasados. Os povos de Abya Yala carregam o estereótipo de pessoas a que falta algo, nunca estão completos ou são suficientes, pois não alcançaram o destino final: a modernidade.

A criação da América foi fundamental para a Europa se inserir na posição de continente rico e poderoso, em detrimento da deterioração, roubo, estupros, assassinatos, desumanização dos povos que os europeus chamaram de índios e de seus territórios.

O estudo sobre decolonialidade permite olhar para a colonialidade e suas variáveis de forma crítica, entendendo quais consequências essa causou e ainda causa nas sociedades que foram vítimas do colonialismo. Também auxilia na compreensão da situação atual da América Latina enquanto uma região que está sempre “atrasada”.

A partir da decolonialidade entende-se a dificuldade em se desprender da colonialidade, visto que essa foi imposta há muito tempo em todos os âmbitos da vida humana. Foi ensinado o suposto jeito correto de escrever, de fazer pesquisa, de ser, de se vestir, de falar, qual o padrão de beleza, o que é cultura, idioma, entre outros.

A decolonialidade possibilita pensar na pluralidade, nos diversos mundos que são capazes de existir. É a voz dos povos subalternizados, que por séculos e séculos tiveram sua voz abafada, sua humanidade negada e a impossibilidade de viver. É tornar esses povos sujeitos de sua própria história.

Os povos originários de Abya Yala seguem lutando e resistindo desde que suas vidas começaram a ser postas em perigo. Hoje, reivindicam o conceito de Abya Yala enquanto território, enquanto regionalização, enquanto política. É o território dos diversos e diferentes povos viviam aqui muito antes da criação da América.

Há diversas Américas Latinas dentro da América Latina, logo há múltiplas formas de compreendê-la.

É necessário problematizar o conceito de América Latina. É preciso pensar para além da América Latina. Abya Yala é o começo de uma nomeação, de uma regionalização, da voz daqueles que por muitos séculos foram abafados. É a possibilidade da pluralidade.

Abya Yala vive!

REFERÊNCIAS

AIMÉ, Césaire. **Discurso sobre o colonialismo**. 1978.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.11, p. 89-117, mai./ago. 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BOLÍVIA. **Nuestra visión del Vivir Bien comprende los siguientes vectores de articulación con los objetivos de desarrollo del Estado Plurinacional de Bolivia**. Ministerio de Relaciones Exteriores del Estado Plurinacional de Bolivia, La Paz, 2014.

Bolívia terá seu primeiro governo autônomo indígena. **Brasil de Fato**: uma visão popular do Brasil e do mundo. São Paulo, 6 jan. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/06/bolivia-tera-seu-primeiro-governo-autonomo-indigena>. Acesso em: 25 jan. 2023. Acesso em: 21 jan. 2023.

CECEÑA, Ana Esther et al. El Gran Caribe. Umbral de la Geopolítica Mundial, 2010.

COSTA, Rogério H. da, PORTO-GONÇALVES, Carlos. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DE ARAÚJO QUENTAL, Pedro. **A latinidade do conceito de América Latina**. *GEOgraphia*, v. 14, n. 27, p. 46-75, 2012.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 3ªed. 2001.

DE TOLEDO JUNIOR, Rubens; DE SALES, Luiz Fernando Ribeiro. O Estado Plurinacional da Bolívia e as garantias constitucionais à reafirmação das horizontalidades geográficas. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 2, p. 2640-2667, 2020.

DOS SANTOS SILVA, Luciana; BERSANI, Humberto. O novo constitucionalismo latino-americano e a educação para a diversidade: uma abordagem decolonial. **Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas**, RBPJ, Avaré, v. 2, n. 3, p. 99-129, set./dez. 2021.

DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro: A origem do “mito da Modernidade”**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. p. 25-34. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1200.dir/5_Dussel.pdf

Acesso: 28 jan. 2023.

ESCOBAR, Arturo. Desde abajo, por la izquierda, y con la Tierra: La diferencia de Abya Yala/Afro/Latino-América. **Intervenciones en estudios culturales**, Colombia, vol. 2, n. 3, p.117-134, jan./jun. 2016. Disponível em:

<http://portal.amelica.org/ameli/journal/53/5317007/>. Acesso: 13 nov. 2022.

GARCÍA-MARTÍNEZ, Omar: **La fuerza de la Wiphala**. PALMA Expres, Bolívia, p. 57-66, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.80, p. 115-147, 2008.

Há 40 anos, Revolução Sandinista derrotava a ditadura Somoza na Nicarágua. **Brasil de Fato**: uma visão popular do Brasil e do mundo. São Paulo, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/19/ha-40-anos-revolucao-sandinista-triunfava-na-nicaragua-pondo-fim-a-ditadura-somoza>. Acesso em: 19 jan. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Região**. GEOgraphia, v. 21, n. 45, p. 117-120, 2019.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. Libro digital, PDF. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

KEME, Emil; DEL VALLE ESCALANTE, Emilio. Para que Abiyala viva, las Américas deben morir: Hacia una Indigeneidad transhemisférica. **Native American and Indigenous Studies**, Minnesota, v. 5, n. 1, p. 21-41, 2018.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. p. 8-23. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso: 28 jan. 2023.

Latinoamérica. Artista: Calle 13. Peru: Patria Producciones, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DkFJE8ZdeG8>. Acesso em: 05 fev. 2023.

MACEDO, Guilherme Fenício Alves; MEDEIROS, Enzo Gabriel Oliveira. A (Sub). Condição Whipala: Uma Análise Decolonial sobre a Violência Estrutural e Cultural Contra os Povos Originários na Bolívia Pós-Ruptura Democrática (2019). **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 13, n. 25, p. 70-98, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramon (ed.). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Walter Mignolo: una vida dedicada al proyecto decolonial. **Sistema de Información Científica Redalyc**. Colômbia, n.26, p. 186-195, 2007.

MIGNOLO, Walter. COLONIALIDADE O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais: RBCS**, v.32, n.94, p.1-18, junho 2018.

MIGNOLO, Walter. DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA: A OPÇÃO DESCOLONIAL E O SIGNIFICADO DE IDENTIDADE EM POLÍTICA. **Cadernos de Letras da UFF**, v.34, n.1, p. 287-324, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251728/mod_resource/content/0/op%C3%A7%C3%A3o%20decolonial%20walter%20mignolo.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

NAVARRO, Francisco. Nicarágua se consolida como Estado exemplo na defesa dos direitos e autonomia indígena. **Dialógos do Sul**, 26 fev. 2022. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/america-latina/63240/nicaragua-se-consolida-como-estado-exemplo-na-defesa-dos-direitos-e-autonomia-indigena>. Acesso em: 19 jan. 2023.

MIGNOLO, Walter. **HISTÓRIAS LOCAIS / PROJETOS GLOBAIS**: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Humanitas, 2003.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Revista brasileira de ciências sociais, v. 32, 2017.

PAÍSES IBGE Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/>. Acesso em 20 jan. 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas, p. 5-26, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Abya Yala**. Chakaruna. Rio de Janeiro, v. 11, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestros tiempos**. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, 2012.

PRÉCOMA, Adriele Andrade; FERREIRA, Heline Sivini; PORTANOVA, Rogerio Silva. A plurinacionalidade na Bolívia e no Equador: superação dos estados coloniais. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 9, n. 2, p. 382-400, 2019.

RAMÍREZ-AYÉRDIZ, Danny. La Nicaragua sandinista ante la decolonialidad como alternativa de democratización para América Latina. **Cuaderno Jurídico y Político**, v. 2, n. 6, p. 48-63, out./dez. 2016.

RIBEIRO FILHO, César Augusto. A INFLUÊNCIA DO LEGADO E DO PENSAMENTO DE MARTÍ E SANDINO EM PROCESSOS REVOLUCIONÁRIOS NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO COMPARATIVO DE CUBA E NICARÁGUA. *In*: ANPUH-Brasil 31º Simpósio Nacional de História, 2021, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: UERJ e UVA, 2017.

RUFINO, Luiz. Descolonizar é um ato educativo. *In*: RUFINO, Luiz. **VENCE-DEMANDA**: educação e descolonização. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2021, p. 26-37.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana; DAMAZIO, Eloize Peter. Discurso constitucional colonial: um olhar para a decolonialidade e para o “novo” Constitucionalismo Latino-Americano. **Pensar-Revista de Ciências Jurídicas**, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 271-297, an./abr. 2016.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. *In*: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. VIEZZER, Moema; GRONDIN, Marcelo. **Abya Yala!**: Genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários do atual continente americano. Bambual Editora LTDA, 2020.

WALLERSTEIN, I.; HUNTER, H. The sociology of Oliver C. Cox: New Perspectives. 2000.

WALSH, Catherine. **Raza, mestizaje y poder: horizontes coloniales pasados y presentes**. Crítica y emancipación, v. 3, p. 95-124, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL)**. v.5, n.1, p.6-39, jan.-jul., 2019.